

DRAGÃO, A PALAVRA

*Em homenagem ao Regimento de Cavalaria Alferes
Tiradentes (RCAT), da PMMG.*

OSCAR VIEIRA DA SILVA

Professor da APM

Resumo: *Enfoca a origem da palavra **dragão**, seu emprego na terminologia militar e ainda, do ponto de vista histórico, o significado das Tropas de Dragões na Capitania de Minas Gerais, no século XVIII.*

1 INTRODUÇÃO

Em 18 de janeiro de 1719, o Conselho Ultramarino de Portugal apresentou proposição ao rei D. João V, visando a auxiliar o Conde de Assumar, então Governador da Capitania de São Paulo e Minas Gerais, na época reunidas, a enfrentar as várias sedições que nela se levantavam, principalmente nas regiões das minas de ouro. Até então, o Governador não dispunha de nenhuma força eficiente para enfrentar qualquer tipo de revolta. Dizia a referida proposição:

"Em consulta deste conselho, em 16 de dezembro do ano próximo passado, foi Vossa majestade servida resolver que, precedendo editais por tempo de oito dias, se lhe consultassem oficiais dos reformados da Cavalaria que era servido erigir nas minas, deixando ao arbítrio do Conde de Assumar, Governador delas, o serem de Cavalaria Ligeira ou Dragões." (Augusto de Lima Júnior, Crônica Militar, p. 28).

Encontramos nesse documento uma das primeiras referências à palavra "dragão", designando um tipo de força armada, empregada em relação a Minas Gerais, onde, futuramente exerceria papel de grande importância, seja pela sua atuação, seja pela herança que legou ao povo mineiro. É desse documento, também, que se parte para fazer as indagações objeto destas notas, quais sejam: o que eram esses "dragões"? E por que "dragões"?

A continuação da leitura do documento citado dá novas informações sobre a questão, embora ainda não suficientes para responder às perguntas formuladas. Diz o texto:

"Mas porque no conselho conjectura por mais certo que o dito Conde arbitrará serem de dragões, por assim haver insinuado em sua carta, e como também porque esta Cavalaria não é para em campo aberto pelejar com o inimigo, que não há nem haverá naqueles sertões, mas para a guarda dos governadores e para comboiar a Fazenda de S. Mjde. E para acudir alguns insultos ou levantamentos que façam algumas pessoas

poderosas, fazendo-se fortes com seus escravos e nalguns lugares intrincados [para] tudo são mais convenientes os dragões, e porque o principal exercício deles é o manejo de infantaria, parece será conveniente que nesta oposição sejam admitidos os oficiais reformados." (Id., p. 29.).

Antes disso, em 26 de março de 1715, o governador D. Brás Baltazar da Silveira, também em carta, mostrava ser inconveniente e até mesmo impraticável, nas Minas, a criação de companhias de cavalaria, "*pelos matos cerrados que tem a Capitania e por outros obstáculos." (Revista de Arquivo Público Mineiro, v. 19-20, p. 417).*

A partir do documento do Conselho Ultramarino, temos já algumas informações básicas: os dragões eram militares da arma de Cavalaria, mas que, diferentemente da própria Cavalaria, não lutavam em campo aberto e, embora pertencendo a uma arma montada, portavam-se também como infantes. Na Capitania de Minas Gerais exerciam as atividades de guarda do governador, de escolta dos bens da Coroa e de repressão a sedições e levantes contra o governo central, por parte daqueles que dispusessem de bens, homens e armas para provocá-los, além de outras atividades.

2 ORIGEM E EMPREGO

Os dicionários da língua, a partir dos mais modernos, dão-nos as seguintes informações, ainda insuficientes para responder às questões propostas, sobre a palavra em exame e seu significado. Dos léxicos contemporâneos, o mais conhecido é o Novo Dicionário Aurélio, aqui citado em sua segunda edição:

"Dragão, (do gr. Drakon, pelo lat. Dracone). s. m 1. Monstro fabuloso, representado, em geral, com cauda de serpente, garras e asas. 2. Fig. Pessoa de má índole. 3. V. Diabo (2). 4. Soldado de cavalaria. 5. Ast. Constelação boreal (...)."

Como se vê, a informação ainda não é bastante para esclarecimento do termo e da razão do seu uso. À medida, porém, que se compulsam os dicionários mais antigos, as informações vão-se tornando mais profundas e mais abrangentes, quanto ao emprego da palavra no vocabulário militar. Laudelino Freire, por exemplo, acrescenta um dado novo. Além de dar o significado comum, monstro mitológico, acrescenta:

"2. Heráld. Emblema ou insígnia em forma desse monstro./ 6. Ant. Soldado de cavalaria que manobrava também a pé. 8. Ant. Peça de artilharia de grosso calibre."

Caldas Aulete é mais informativo ainda, quanto à designação dada ao soldado de cavalaria, pois além de referir-se ao monstro mitológico, à sua figura usada na heráldica e à arma de grosso calibre, acrescenta exemplo de emprego:

"(Ant.) Soldado de cavalaria que manobrava também a pé: Os dragões, que finalmente encontramos em 1642 nas planícies de Alentejo, eram

arcabuzeiros montados, que, todavia, pelejavam quase sempre, ou mais das vezes, a pé.” (R. Da Silva).

Constâncio (1836) também informa:

“Dragão, pl. Dragões, soldados de cavalos, que pelejavam de cavalo, e a pé, trazem clavinas, com ou sem baionetas, capacetes com clina pendente. A denominação veio da figura de dragão esculpido no capacete, ou porque traziam um dragão pintado nos estandartes.”

Como se vê, o dicionarista ensaia uma explicação para a utilização da palavra na denominação do corpo de tropa, mas o uso de capacete com a figura do dragão parece mais consequência do que causa do nome.

Morais (1813) não acrescenta maiores esclarecimentos, mas registra apenas o plural para designar a tropa:

“Dragão, s.m. Monstro fabuloso, com garras, asa e caudas de serpente. Dargões: tropas de cavalos, que sendo necessário pelejam a pé, armadas de espada e espingardas, ou clavinas, e baionetas.”

Quanto à origem da palavra, ensina Nascentes:

“Dragão - Do gr. Drákōn, pelo lat. Dracone.”

Essa é a origem dada por todos os dicionaristas consultados, com exceção de Barcia, que aventa também uma outra hipótese, ainda que ele mesmo a considere improvável:

“Sobre a origem do dragão, soldado, há duas opiniões: do lat. Drungus, corpo de tropas, pelotão; segunda mais provável, é que os dragões levavam um dragão pintado em suas bandeiras, sob o comando do marechal Brissac, que formou esse corpo nas guerras de Piemonte.”

Não existe novidade no uso da figura do dragão como insígnia guerreira. Na organização militar romana, o regimento ou batalhão era denominado *drungus*, palavra de etimologia desconhecida. Não conseguimos, no entanto, nenhuma informação sobre se a palavra designava um tipo especial de combatente. O mais provável é que a palavra “dragão”, no sentido de “soldado de cavalaria”, tenha entrado primeiro no vocabulário militar da França, daí passando para as organizações militares de outros países, entre os quais Espanha, Portugal, Itália, e Inglaterra, onde também a encontramos para designar um corpo especial de cavalaria.

Bloch e Wartburg também filiam a palavra “dragão”, em qualquer sentido, ao latim *draco*, palavra que, por sua vez, vem do grego *drakon*, metátese de *darkon*, forma de *derko*, “eu olho”. Essa ampliação de sentido das palavras não é incomum. No próprio latim, a palavra *ofis*, serpente (daí “ofídio”), prende-se ao grego *ophthalmós*, genitivo de *ops*, “olho”. O dragão, assim como o *ophis* dos gregos, indica um animal que olha fixamente para sua presa antes de lançar-se sobre ela. Chegamos aqui ao dragão, na designação de monstro fabuloso, com corpo de serpente, para relacionar “olho”, com “serpente”, animal que encara a sua presa antes de atacá-la.

A figura do dragão, monstro fabuloso, é comum em diversas culturas, com significados diferentes. Como animal mitológico, aparece na Grécia principalmente para indicar o vigia, o guarda de um bem precioso, por causa de sua vista extremamente aguçada. Talvez resida exatamente aí o fato de a mitologia, especialmente a grega, apresentar a figura de um dragão como guarda de um tesouro. De fato, é um dragão que guarda, por exemplo, o velocino de ouro, no mito de Jasão.

Na Idade Média, por influência da Igreja e da *Bíblia*, especialmente do Apocalipse, o dragão passou a simbolizar a figura do demônio, no sentido de serpente infernal. É o sentido bíblico ou eclesiástico do termo.

Segundo a lenda, a imagem do dragão era representada por um estranho réptil de cauda de serpente, garras de leão e asas de águia. Para alguns autores, está exatamente na sua figura de réptil alado a simbologia que deu seu nome ao militar preparado especialmente para combater tanto a pé como a cavalo, recebendo para isso treinamento especial que o tornava um cavaleiro infante, por assim dizer; foi chamado "dragão" porque tinha duas naturezas: a rapidez no seu deslocamento, representada pelas asas bem como por suas patas de leão, pois era um cavaleiro e se movia com celeridade; por outro lado era também um infante, capaz de combater a pé ou de rastejar, o que se representa pelo corpo de réptil do dragão

A antigüidade já conhecia o "infante cavaleiro". Rômulo, o fundador de Roma, segundo a tradição, instituiu o *celeris*, corpo de infantaria capaz de se deslocar a cavalo; este, no entanto, não era usado no combate, mas apenas como meio de transporte capaz de proporcionar deslocamento muito mais rápido que o do infante. Esses soldados não montavam para combater, mas apenas para mover-se com rapidez. Não eram soldados da Cavalaria, mas infantes a cavalo que os usavam para chegar rapidamente ao local do combate, onde desmontavam e pelejavam.

Aos cavaleiros propriamente ditos, aqueles que lutavam a cavalo, esses eram denominados *equites*, de *equus*, cavalo. Nota-se já na existência da dupla terminologia, apontando diferença fundamental entre a Infantaria montada e a Cavalaria, nos tempos antigos.

Mais tarde, também Aníbal utilizou-se de tropas semelhantes aos *celeris* romanos, constituídas de espanhóis que integravam seu exército. Mas existem outras explicações para o fato de serem chamados "dragões" os soldados que integravam um dos corpos da Cavalaria.

Alguns filiam esse significado à insígnia com a figura do animal mitológico que já era usada no exército romano, para o qual era símbolo de valor, de bravura. De fato, em cada legião, havia um ou dois oficiais denominados *dracónarii* que eram encarregados de levar e defender a bandeira chamada Dragão "em que este figurava em tecido colorido, com a boca aberta e os dentes brilhantes" (*Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*). Por isso, deduzem alguns

autores que o emprego militar da palavra tem origem nesse símbolo, passando a designar aqueles soldados que combatiam sob o estandarte do dragão. Não encontramos, no entanto, nenhuma indicação de que a cavalaria moderna usasse sistematicamente esse símbolo.

Para outros, o uso do termo decorre do fato de os soldados da cavalaria assim denominados portarem arcabuzes “que lançavam fogo pela boca”, como o animal mitológico, estando nessa analogia a origem do vocábulo usado para designar os arcabuzeiros a cavalo.

De acordo com a tradição inglesa, o nome deriva de uma carabina, chamada *dragoon*, usada por tropas de Cavalaria.

Como se vê, parece haver uma explicação de caráter mais erudito e uma outra, de caráter mais popular, todas elas fundamentadas. Para a primeira delas, existe ainda um outro lado pouco lembrado pelos autores, quando se trata de relacionar o animal mitológico com o cavalarião: o fato de o dragão mitológico ter sempre uma conotação de guarda, de vigia de algum bem precioso, como já se viu. Essa conotação parece presente na tropa, desde sua criação. Organizados primeiramente na França, por Francisco I (1537) e, posteriormente (1554) reorganizados pelo Marechal de Brissac, comandante do exército francês no reinado de Henrique II, responsável pelo treinamento de infante dado aos cavalariões, os corpos de dragões foram criados em toda a Europa, inclusive na Espanha e em Portugal. Neste último país, o Marquês de Pombal, todo poderoso ministro de D. José I, chegou a organizar uma unidade de dragões para sua guarda pessoal, unidade que só foi dissolvida quando D. Maria I subiu ao trono português, pondo fim ao período de domínio de Pombal.

Os dragões seriam, pois, assim chamados por analogia com o animal mitológico que se caracterizava não só por sua força e por seu poder de deslocar-se andando, rastejando ou voando, mas também por sua visão extraordinária, que lhe facultava como a nenhum outro exercer o papel de guarda.

No exército francês, quando de sua criação pelo Marechal de Brissac, servindo de modelo para outros países europeus, a força de dragões constituía uma arma especial, intermediária entre a Infantaria e a Cavalaria, recebendo instruções das duas armas. Seus soldados combatiam a pé ou a cavalo, sendo muito usados para os trabalhos de reconhecimento e descoberta, para ocupar posições antes que a Infantaria pudesse alcançá-las, bem como para a guerra de guerrilha. Nas retiradas, eram utilizadas na proteção dos infantes, tendo em vista sua capacidade de deslocamentos rápidos.

3 OS DRAGÕES EM PORTUGAL

Desde 1579, o exército português havia entrado em franca decadência, até chegar ao total desaparecimento durante o domínio dos espanhóis, aos quais não interessava a existência de uma força militar nacional, que pudesse se opor aos seus interesses a bem dizer colonizantes, em relação ao império

lusitano. Foi apenas a partir de 1640, com o fim do domínio castelhano sobre as terras lusas, que o exército nacional foi reorganizado sobre bases seguras, restaurando-se a legislação baixada por D. Sebastião, a bem dizer o último rei autenticamente português anterior ao domínio dos Felipe de Espanha, especialmente o famoso "Regimento dos Capitães-Mores e mais Capitães e Oficiais das Companhias da gente de Cavallo e de Pé", de 1570.

Para a reorganização do exército lusitano, vieram de outros países vários oficiais, especialmente franceses, suecos e alemães. Os primeiros foram encarregados, entre outras funções, de adestrar a Cavalaria, tradicional em seu país de origem. Por inspiração desses oficiais e de acordo com o Decreto de 21 de setembro de 1641, foram mandados formar regimentos de quatro companhias de "cavalos ligeiros", "clarins" e "dragões".

Em 1660, o Exército sofreu nova organização, desta vez por influência do famoso Schomberg, general alemão a serviço da França. Mais tarde, em 1710, aboliu-se a diferença que existia entre cavalaria ligeira e dragões, pois até então os últimos não chegavam a integrar propriamente a arma da Cavalaria, devido a sua peculiaridade de combater também a pé, tipo do combate inadmissível para o cavalarião.

4 OS DRAGÕES EM MINAS GERAIS

Como já se disse anteriormente, foi o governador D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar, o responsável imediato pela vinda das companhias de dragões para a capitania de Minas Gerais. Assumindo o cargo em São Paulo, em 4 de setembro de 1717, em dezembro do mesmo ano já estava em Vila Rica. Diante do clima de animosidade e de rebelião nas Minas, cuja população, rebelde por natureza, não aceitava facilmente as imposições da Metrópole, sentia-se inseguro por não dispor de tropas suficientes nem suficientemente adestradas para enfrentar o clima de revolta que sentia em torno de si. Como diz Augusto de Lima Júnior (*Crônica Militar*, p. 27),

"Sedições no Morro Vermelho, Pitangui, Rio das Velhas, Ribeirão do Carmo etc., tinham seus chefes sempre vencedores em seus propósitos, pois que de nenhum recurso de força eficiente dispunham os Governadores das Capitanias reunidas de São Paulo e Minas do Ouro."

No dia 16 de janeiro de 1719, o rei D. João V assinou Carta Régia criando duas companhias de dragões para servirem nas Minas, atendendo ao já citado documento de seu governador, Conde de Assumar, onde chegaram em outubro do mesmo ano. O historiador acima citado (id. p. 29), diz que se acrescentou em adendo ao documento real: *"Forneça-se às Tropas, armando-as com clavinhas grandes, pistolas e espadas, para que possam servir desmontadas quando for necessário"*.

Havia uma razão para isso, a mesma já aventada por D. Brás Baltazar e repetida pelo Conselho Ultramarino: a tropa não teria por finalidade combater em campo aberto, mas servir de guarda do governador e dos comboios reais que transportavam o ouro das minas, além de combater os freqüentes levantes e insurreições.

Retoma-se, aqui, a origem do nome de tropa recém-chegada ao Brasil. Como já se observou antes, o dragão mitológico era, antes de tudo, guarda, vigia, devido ao poder de sua visão. Essa função do animal mitológico, exercida no século XVIII por aqueles que herdaram seu nome, continua a ser exercida até hoje com o Corpo de Dragões da Inconfidência que, nas solenidades, servem de guarda de honra às autoridades.

A chegada das duas companhias de dragões à Capitania causou, a princípio, terrível desconforto a seus habitantes. Concentrados primeiramente no Ribeirão do Carmo, os moradores foram obrigados a abrir suas casas aos soldados, que não tinham quartel nem outras acomodações próprias para abrigá-los, além de fornecer-lhes alimentação e forragem para seus cavalos. Além disso, as tropas eram constituídas apenas de portugueses, já que os naturais da terra não mereciam a confiança dos governantes para exercer as atividades de que eram incumbidos os soldados recém-chegados, fundamentais para a Coroa. Lembra-se também que a chegada dos reinóis significou o início de *“um processo de esvaziamento do papel desempenhado pelas tropas auxiliares”*, estas constituídas, em grande parte, de naturais da terra. (Graça Salgado, *Ficais e Meirinhos*, p. 111). É óbvio que tal esvaziamento trouxe conseqüências, criando ainda mais indisposição entre os nacionais e os reinóis.

Passadas as confusões iniciais, as duas companhias de dragões iniciaram suas atividades regulares, de guarda de comboios, repressão ao contrabando e combate às sedições, além de exercerem outras atribuições.

Uma terceira companhia foi criada por Carta Régia de 8 de dezembro de 1729 e se juntou às duas outras na árdua tarefa que lhes fora imposta.

As companhias de dragões, a princípio, exerceram sua função a contento, trazendo certa tranqüilidade para o governo e para o habitantes da capitania, embora, quando se fazia necessário, exercessem sua autoridade com extrema severidade, principalmente nos primeiros tempos, quando se vingaram de forma até mesmo cruel das humilhações impostas ao Conde de Assumar e aos governadores que o precederam.

Integraram-se também à sociedade local, participando dos principais acontecimentos e festividades de Vila Rica, como nos dá notícia, por exemplo, o Triunfo Eucarístico, celebração religiosa de grande pompa, no ano de 1732:

“O pálido era de tela carmesim com ramos e franja de ouro; de seis varas de prata, que levavam seis irmãos. Detrás dele vinha o Conde de Galveas, Governador destas Minas, com toda a Nobreza militar, e literária da Vila, e de outras partes, e o Nobre Senado da Câmara. Seguia-se logo a companhia de Dragões governada pelo seu Tenente, e os soldados das

duas tropas, todos em boa ordem; e com a mesma deram três cargas de mosquetaria depois de recolhida a Procissão”.. (Afonso Ávila, Resíduos Seiscentistas em Minas, v. 1, p. 110).

Com o passar do tempo, no entanto, os soldados portugueses foram se adaptando aos hábitos e costumes então vigentes, inebriados pelo ouro e embalados pelo desejo de fortuna fácil, esquecendo-se de sua missão e de seu dever para com o governo português. Gomes Freire de Andrada, ao passar o governo da Capitania de Minas para seu irmão, deixou-lhe uma famosa instrução na qual se refere aos militares de forma bastante desairosa:

“Os oficiais militares são poucos e malcriados; nasce a discórdia de dois princípios: da ignorância do ofício, o que suscita dúvidas em toda a Tropa que é insciente, o segundo da elevação que o pó das Minas mete nos narizes ainda dos habitantes que a pobreza traz nus e descalços; não há cabo que não se presuma alferes e todos duplicam em si graduações tais”.

Por ambição ou mesmo por necessidade, parece também que os soldados exploravam o civis, exorbitando em sua autoridade e em seus deveres para com a população. É o que se pode deduzir da Ordem de 5 de maio de 1746, na qual

“se declara o Governador das Minas que tenha entendido que os moradores delas não estão obrigados o mais que dar água e fogo aos soldados que se aboleram [a que deram abrigo], os quais se devem sustentar pelos seus soldos e não à custa dos vassallos”. (Revista do Arquivo Público Mineiro, 1911, v. 16. p. 384).

A importância estratégica de Minas Gerais não permitia que as tropas aqui aquarteladas fossem de qualidade inferior. Por isso, quando foi nomeado Governador, D. Antônio de Noronha recebeu instruções no sentido de *“Primeiramente examinar a situação em que se acha a tropa paga da mesma capitania, e de a pôr em estado de poder ser útil”*. Isso por que

“A capitania de Minas Gerais, achando-se como no centro de todas as outras, e servindo-lhe por consequência cada uma barreira, particularmente a do Rio de Janeiro, é de indispensável obrigação da primeira de acudir com todas as suas forças ao socorro da última, logo que elas lhe fossem requeridas pelo vice-rei e capitão-general do Estado do Brasil, da mesma forma que já se tem praticado em outras ocasiões”. (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. VI, 1844, p.215).

Devido a essas instruções e certamente tomando conhecimento do estado em que se encontravam as tropas de dragões, extinguiu-as o governador, para criar o Regimento Regular de Cavalaria das Minas, no ano de 1775, dando-lhe ordenamento puramente militar.

Os dragões e suas funções, entretanto, não foram facilmente esquecidos. Nas instruções ao Conde de Bobadela, quando este assumiu o governo

da Capitania, datadas de 29 de janeiro de 1788, dizia o Ministro Martinho de Mello e Castro:

"Quanto ao sexto ponto, que trata da tropa, e forças da capitania de Minas, elas se compõem de um Regimento de Cavalaria, ou de Dragões de que é coronel o Governador e Capitão-General da mesma Capitania, e de diferentes Regimentos de Cavalaria, Infantaria, e Terços de Auxiliares". (Rodrigues Lapa, As Cartas Chilenas, p. 304).

Em 1787, o Fiscal dos Diamantes do Tejuco escrevia ao Ministro Martinho de Mello e Castro, queixando-se do comandante da Serra de Santo Antônio, que não lhe mandava as forças que requisitara, para combater os minereiros furtivos de diamantes, acobertado pelo Governador da capitania. Diz a carta que o referido comandante

"Continua dizendo, que o terreno é impróprio para se patrulhar com Cavalaria; assim é que tem alguns lugares aonde não pode chegar a Cavalaria; mas quando o terreno é desta qualidade os Soldados Dragões, quais estes são, devem pôr o pé em terra para satisfazerem a sua obrigação, de outra sorte teriam bem pouco préstimo os exércitos em terras montuosas(...) (Idem, p. 282).

Apesar de seu fim melancólico, os dragões cumpriram seu dever. Como diz Augusto de Lima Júnior (*Crônica Militar*, p. 36),

"Em pouco tempo as Companhias de Dragões já se haviam adaptado ao serviço de patrulhas nos caminhos, para evitar os descaminhos do ouro. Conduziam ao Rio de Janeiro os reais quintos e acudiam às desordens". Além disso, como diz o mesmo historiador (id., p. 39),

"Uma grande tarefa estava reservada na História do Brasil a essas forças militares portuguesas, cujos componentes constituíram troncos de nossas famílias e foram eficiente socorro às terras do Sul do Brasil".

Abstract: Dragoon, the word. *This paper focuses on the origin of the word dragoon, its use in military terminology, and, from the historical perspective, the meaning of the Dragoon Troops in the Captainship of Minas Gerais, in the 18th century.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Valdemar de Almeida. *Dicionário da terra e da gente de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 1985.
- BERTRAND, L' Abbé. *Dictionnaire universel, historique et comparatif de toutes les religions du monde*. Paris: Chez l'Editeur, 1849, 4v.
- BLOCH, O. e WARTBURG, W. *Dictionnaire étymologique de la langue française*. Paris: Presses Universitaire de France, 1950.
- CABANELLAS TORRES, G. de. *Diccionario militar: aeronáutico, naval y terrestre*. Buenos Aires: Bibliografia Oneba, 1961, 4 t.
- CALDAS AULETE, F. J. *Diccionario contemporâneo da língua portuguesa*. Ed. brasileira por Hamilton de Garcia, Rio de Janeiro: Delta, 1985, 5 v.
- CINTRA, Geraldo de Ulhoa e CRETELLA JÚNIOR, José. *Dicionário latino-português*. São Paulo: Ed. Anchieta, 1944.
- COLECÇÃO sumária das proprias Leis, Cartas Régias, Avisos e ordens que se acham nos livros da Secretaria do Governo desta Capitania de Minas Gerais, deduzidas por ordem a títulos separados. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: v. 16, p. 375, 1911.
- CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Novo dicionário critico e etymológico da língua portuguesa*. Paris: Officina Typografica de Casimir, Editor, Angelo Francisco Carneiro, 1836.
- COROMINAS, J. *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Ed. Greda, 1954.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- ENCICLOPÉDIA luso-brasileira de cultura. Lisboa: Editorial Verbo, 18v.
- FARIA, Eduardo de. *Novo dicionário de língua portuguesa: o mais exacto e mais completo de todos os dictionarios até hoje publicados*. Lisboa: Escriptorio de Francisco Arthur da Silva. 1878. 2v.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 15ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira [s.d.]
- FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: A Noite S.A. Editora, 1940.
- GRANDE enciclopédia portuguesa e brasileira. Lisboa: Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada.
- HECKLER, Evaldo et alii. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo: Universidade do Vale dos Sinos.
- INSTRUÇÃO para D. Antônio de Noronha, governador e capitão-general da capitania de Minas Gerais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Belo Horizonte: VI, p. 215, 1884.
- LACERDA, D. José Maria de Almeida e Araújo Corrêa de. *Diccionario encyclopedico ou novo diccionario da lingua portuguesa*. 5. ed., Lisboa: No Escriptorio de Francisco Arthur da Silva, 1874, 2 v.

- LAPA, M. Rodrigues. *As "Cartas Chilenas" um problema histórico e filológico*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Crônica militar (1719-1969)*. Belo Horizonte: 1969 [s.ed.].
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1959.
- MARCO FILHO, Luís De. *História militar da PMMG*. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar da PMMG, 1988.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa: com prefácio de Meyer Lübke*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1955, 2 v.
- REVISTA do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: v. 19-20, p.417-480, 1921-1924.
- ROQUE BARCIA, D. *Primer diccionario general etimológico e da lengua española*. Barcelona: F. Seix-Editor, 4v. [S.d.]
- SALGADO, Graça. (Coord.) *Fiscais e meirinhos*. A administração no Brasil colonial. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SILVA, Antônio de Moraes e. *Diccionario da lingua portuguesa*. Fac-símile da 2 ed. de 1813, photographada pela Revista da Língua Portuguesa sob a direção de Laudelino Freire. Rio de Janeiro: 1957, 2v.
- *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10 ed. Lisboa: Confluência, 1948, 10v.
- SODRÉ, Néelson Werneck. *A história militar do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- THE OXFORD *Universal Dictionary*. Illustrated, 3rd. Edition, London: Oxford University Press, 1970.
- THE RANDOM *House Dictionary of the English Language* - unabridged. New York: Random House, 1983.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Difusão Panamericana do Livro, v.1, p.226 [s.d]
- WEBSTER'S *New Twentieth Century Dictionary* - unabridged. 2nd edition, New York: Simon e Schuster, 1979.